


ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: o direito à educação em questão

*Tatiane Lima**
(UFMS, Brasil)

*Carina Elisabeth Maciel***
(UFMS, Brasil)

*Cassiano Caon Amorim****
(UFJF, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v8i13.838>

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o acesso e permanência na educação superior, tomando como base as pesquisas desenvolvidas pelo Eixo 5 da Rede Universitas/Br. A metodologia utilizada funda-se na pesquisa documental e bibliográfica, além do levantamento de dados elucidados a partir do Censo da Educação Superior organizado pelo INEP. As análises se ancoram na perspectiva do materialismo histórico dialético, identificando relações que determinam as condições concretas apresentadas. No período sociopolítico e econômico de recrudescimento do neoconservadorismo no Brasil, em que pesquisas científicas têm sido desacreditadas e universidades públicas têm sofrido desmontes, a pandemia gerada pelo covid-19 interferiu no cenário da educação superior em vários aspectos, inclusive no que se refere ao acesso e permanência dos estudantes. Sob essa perspectiva, foram identificadas algumas condições que permanecem como lacunas a serem superadas, como a necessidade de ampliação do acesso para grupos historicamente excluídos e a garantia da sua permanência, a ampliação das ações de Assistência Estudantil para além do PNAES, a diversificação das práticas pedagógicas e o reforço de uma educação para além do capital.

Palavras-Chave: Política Educacional. Educação Universitária. Acesso e Permanência.

* Doutora em educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas de Educação Superior / Mariluce Bittar (GEPPES/MB). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7472-500X>. Email: tatianelimaufms@gmail.com

** Doutora em educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com pós-doutorado em educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Atua como docente na UFMS. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas de Educação Superior/Mariluce Bittar (GEPPES/MB). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3765-3139>, E-mail: carina.maciel@ufms.br

*** Doutor em Ciências (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP). Atua como docente na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Atualmente exerce a função de Pró-Reitor de Graduação da UFJF. É membro da Rede Universitas/BR. É Membro do Conselho Curador da Fundação CAEd. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3326-8524>, E-mail: cassianoamorim@hotmail.com

ACCESS AND PERMANENCE IN HIGHER EDUCATION: the right to education in question

Abstract: this article aims to analyze access and retention in higher education, based on research developed by Axis 5 of Rede Universitas/Br. The methodology used was based on documentary and bibliographical research, in addition to the collection of data elucidated from the Higher Education Census organized by INEP. The analyzes are anchored in the perspective of dialectical historical materialism, identifying relationships that determine the concrete conditions presented. In the socio-political and economic period of the resurgence of neoconservatism in Brazil, in which scientific research has been discredited and public universities have suffered dismantling, the Pandemic generated by Covid-19 has interfered in the higher education scenario in several aspects, including with regard to access and retention of students. From this perspective, some conditions were identified that still remain as gaps to be overcome, such as the need to expand access for historically excluded groups and guarantee their permanence, the expansion of Student Assistance actions beyond PNAES, the diversification of pedagogical practices and the reinforcement of education beyond Capital.

Keywords: Educational Policy. Higher Education. Access and Permanence.

ACCESO Y PERMANENCIA EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: el derecho a la educación más allá del capital

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar el acceso y la permanencia en la educación superior, a partir de investigaciones desarrolladas por el Eje 5 de la Rede Universitas/Br. La metodología utilizada se basa en la investigación documental y bibliográfica, además de la recolección de datos dilucidados del Censo de Educación Superior organizado por el INEP. Los análisis se anclan en la perspectiva del materialismo histórico dialéctico, identificando relaciones que determinan las condiciones concretas presentadas. En el período sociopolítico y económico de resurgimiento del neoconservadurismo en Brasil, en el que la investigación científica ha sido desacreditada y las universidades públicas han sufrido desmantelamiento, la pandemia generada por el covid-19 ha interferido en el escenario de la educación superior en varios aspectos, incluso con en lo que respecta al acceso y retención de estudiantes. Desde esta perspectiva, se identificaron algunas condiciones que aún quedan brechas por superar, como la necesidad de ampliar el acceso de grupos históricamente excluidos y garantizar su permanencia, la ampliación de las acciones de Atención al Estudiante más allá del PNAES, la diversificación de las prácticas pedagógicas y el fortalecimiento de educación más allá del capital.

Palabras clave: Política Educativa. Educación Universitaria. Acceso y Permanencia.

Introdução

Este artigo é resultado de um conjunto de reflexões elaboradas a partir de pesquisas desenvolvidas por docentes de diferentes Instituições de Educação Superior Brasileiras que congregam a Rede de Pesquisa Universitas, e estão organizados em seu Eixo 5. A temática

desse eixo centra-se nos “modos de regulação de das políticas de acesso e permanência, na interface com a evasão de estudantes da educação superior”.

Durante a realização do *XXX Seminário Nacional da Rede Universitas/Br*, com o tema “Políticas, Gestão e Direitos à Educação Superior: novos modos de regulação e tendências em construção¹”, foi apresentado um panorama das investigações desenvolvidas por todos os eixos que compõem a rede. Este artigo advém das contribuições apresentadas na mesa-redonda “Direito à educação superior: implicações no acesso e permanência no campo e na cidade” e tem como objetivo analisar o acesso e permanência na educação superior, tomando como base as pesquisas desenvolvidas pelo Eixo 5 da Rede Universitas/Br.

Vivemos um período de profundas transformações em diferentes esferas da vida cotidiana: na cultura, na produção econômica, no mundo do trabalho, nas relações sociais, no uso intenso e desigual de diferentes tecnologias, isso verificado desde as escalas locais àquelas vivenciadas no contexto mundial, num movimento dialógico. Essas mudanças do cotidiano da vida são consequências de um conjunto de avanços no campo das tecnologias da informação e do conhecimento, a partir do qual as empresas, as instituições e as pessoas têm condições de produzir, buscar, difundir e armazenar dados como nunca observado na história.

O Brasil passou nos últimos anos, desde o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff até o contexto atual de um novo governo Lula, por momentos que podemos denominar de conturbados e perversos no âmbito da gestão pública. Nesse período de seis anos, de 2016 a 2022, o que se verificou a respeito das políticas educacionais, do desenvolvimento da ciência e tecnologia, da defesa dos direitos humanos foi um ataque e constantes questionamentos sobre a importância do pensamento científico e da produção de ciência para o desenvolvimento do país.

Em tal período (2016 a 2022), a análise do desenvolvimento de políticas e ações desenvolvidas permite afirmar que o grupo que governou o país identificou as universidades e outras instituições científicas como ameaças à perpetuação de suas iniciativas², levando à retirada de recursos importantes para a sobrevivência da pesquisa no Brasil, conduzindo as instituições a uma crise orçamentária ainda sem precedentes. Essa mesma política negacionista conduziu os esforços no combate ao avanço da pandemia de covid-19 no país³ com as mesmas premissas rasas no discurso científico e com pouco conhecimento da realidade dos campos da gestão em saúde, conduzindo o Brasil a uma das maiores taxas de mortalidade por covid no mundo⁴.

Foi nesse contexto de desafios trazidos pelo surgimento e permanência de uma situação pandêmica, fundamentados na necessidade do distanciamento social para evitar

¹ O XXX Seminário Nacional da Rede Universitas/Br foi realizado em João Pessoa, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), nos dias 31 de maio, 1º e 2 de junho de 2023.

² Em entrevista à Gazeta do Povo, no ano de 2019, Abraham Weintraub afirmou que as universidades gastam bilhões e bilhões de reais que só servem para alimentar a militância espúria, que é contra a sociedade. Como se não bastasse, acusou, sem provas, conforme publicado pelo Jornal GaúchaZH Educação, que, nas universidades federais brasileiras, havia extensas plantações de maconha, incitando a opinião pública (Raic; Cardoso; Pereira, 2020, p. 8).

³ O primeiro caso de covid registrado oficialmente no Brasil ocorreu em março de 2020, no entanto, atingiu várias regiões do mundo desde o final de 2019, desencadeando graves crises nos campos social, econômico e político, além do campo da saúde.

⁴ No Brasil, as crises enfrentam o negacionismo do presidente, que se refere à pandemia como uma histeria, mesmo diante de mais de 112 mil óbitos e mais de 3,5 milhões de brasileiros contaminados, se considerarmos os cinco meses depois de ter sido registrado o primeiro caso (Raic; Cardoso; Pereira, 2020, p. 4).

contágios e proliferação do vírus, que se consolidam processos educativos que abriram as portas para uma educação virtualizada, aligeirada e precária. Essas condições endossaram a existência de práticas diversas do Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Dessa forma, as mudanças de rumo na condução de um conjunto de políticas públicas a partir do Governo Temer e Bolsonaro indicam a associação a um modelo neoliberal conservador que produziu diversas implicações ao universo educacional nos últimos anos. Há mudanças significativas, como na política de formação docente, passando pela lei do Novo Ensino Médio e pelo desrespeito à autonomia das universidades, somam-se cortes de recursos das universidades, tornando uma política de quase estrangulamento no funcionamento das instituições, que constituirão em parte as mazelas que interferem no acesso e na permanência de estudantes na educação superior.

Em uma perspectiva social, política e econômica, as condições concretas em que vivemos determinam movimentos importantes que interferem na elaboração de políticas e na materialização de práticas. Trazendo para o âmbito do interesse da rede de pesquisa que se concentra em estudar, sob diferentes ângulos, o cenário da educação superior no Brasil, podemos afirmar que o referido nível de ensino expressa esse movimento porque se situa em uma sociedade capitalista, governada por grupos aliados dos detentores do capital.

Segundo Mészáros (2005), a principal intervenção se dá por meio da reprodução da estrutura de valores que perpetua uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil. Nesse contexto, “[...] uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança” (Mészáros, 2005, p. 26).

Em consonância, no campo das pesquisas em educação, também urge engendrar esforços que buscam compreender o movimento do mundo e suas implicações no território brasileiro, considerando o cenário político, econômico, social, cultural e educacional, e como essas aceleradas mudanças no contexto mundial impactam de maneira cada vez mais significativa a cultura, a política, o mundo do trabalho e, por conseguinte, os múltiplos e complexos processos educacionais no Brasil, principalmente aqueles que impactam as políticas de acesso e permanência de estudantes nas Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras.

Uma das possíveis formas de compreensão da complexa realidade se dá pela organização de grupos de pesquisadoras/es que se lançam em buscar respostas e em propor alternativas aos fenômenos do tempo presente. No caso da Rede Universitas/Br, esta é caracterizada como uma rede acadêmica que conta com pesquisadoras/es de diferentes IES de todas as regiões do Brasil que têm investido esforços na pesquisa e na interlocução entre seus pares, tendo em comum a subárea do conhecimento Políticas de Educação Superior.⁵

⁵ A Rede atualmente possui oito Eixos de trabalho, agrupando professoras/es pesquisadoras/es, doutorandas/os, mestrandas/os e bolsistas de iniciação científica, interessadas/os em trazer contribuições ao universo da educação superior, principalmente às demandas trazidas pelo cenário da rede de educação superior brasileira, caracterizada pela presença de mais de 2.595 instituições conforme o Censo da Educação Superior (INEP) de 2022. Acompanhando diferentes movimentos da expansão da rede de educação superior no Brasil, o desenvolvimento e consolidação das políticas de financiamento e o desenvolvimento de sistemas de gestão que envolvem o ingresso, a permanência, o êxito, o mapeamento de egressas/os e os processos de inclusão e exclusão, a Rede Universitas e suas/seus pesquisadoras/es vêm consolidando um conjunto de conhecimento sobre a área no

Desse modo, tomando como base dados empíricos e constatações das pesquisas desenvolvidas pelo Eixo 5, analisamos o acesso e permanência na educação superior. Assim, o artigo está organizado a partir dessa introdução e ainda em dois momentos: um momento que fazemos uma contextualização do movimento social e político que constitui a educação superior no Brasil e, num segundo momento, damos destaque às reflexões sobre o acesso e permanência na educação superior no Brasil, tomando como base os resultados observados nas pesquisas do Eixo 5.

Contextos pós-pandemia e as implicações na educação superior brasileira

A compreensão de elementos relacionados ao direito à educação superior, tangenciados pelos fenômenos da evasão e permanência de estudantes nas IES brasileiras, requer uma reflexão sobre o contexto social que se constitui nos últimos anos, sob o efeito da pandemia e das políticas públicas educacionais desenvolvidas no país após 2016. Alguns elementos desse contexto serão destacados e trazidos para o diálogo no decorrer do texto.

Segundo Pereira (2022), na lógica determinada em que (sobre) vivemos, tentamos nos adaptar às relações reorganizadas, em que a tecnologia ocupa lugar de destaque. A adaptação aos “filtros” e à exposição que de nós é esperada vem se reconstruindo após o período da pandemia em um mecanismo perverso. Nesse sentido, buscamos compreender uma sociedade transformada em espetáculo e que se transforma em mercadoria, conduzindo todo processo educativo que aos poucos se mercantiliza, atendendo às lógicas de reprodução acelerada do capital.

Dentre os diferentes impactos advindos da pandemia, assistimos ao aumento do desemprego estrutural no período de 2020 a 2022 e, com esse crescimento, observa-se, conseqüentemente, o aprofundamento das desigualdades sociais como resultado do conjunto de situações que vão além do desemprego, apontando, ainda, para o adoecimento, a perda de familiares, a ineficiência das políticas públicas de combate à miséria, entre outras. Dados do IBGE (2022) apontam que a população ocupada no trimestre de novembro de 2020 a janeiro de 2021 totalizava 86 milhões, porém a taxa de desocupação (desemprego) chegou a 14,2% (14,2 milhões de pessoas).

De outro lado, para a população que conseguiu manter suas ocupações, alguns autores (Assis, 2020; Manzano; Krein, 2020; Bezerra, 2020) sinalizam que, com a pandemia, os processos de trabalho foram ainda mais intensificados, principalmente se considerarmos os esforços feitos para que as atividades laborais fossem desenvolvidas também de maneira remota, por meio de aplicativos e utilizando demais tecnologias da informação e comunicação. Como afirma Souza (2021, p. 20), “a precarização desse tipo de organização do trabalho fica especialmente visível na dimensão da saúde dos trabalhadores, sobretudo pela extenuação devido às longas jornadas, exponenciada pela desproteção”. Passamos, então, a mesclar a vida privada com as atividades profissionais ao levarmos para a vida

Brasil. Particularmente, o Eixo 5 vem se dedicando às investigações que discutem os modos de regulação das políticas de acesso e permanência, na interface com a evasão de estudantes da educação superior, principalmente no setor público.

pessoal, de maneira massiva, todas as demandas de trabalho, principalmente atividades do setor educacional.

Santos (2002) já nos alertou que a principal forma de relação entre as pessoas e o meio natural é constituída pela técnica. As técnicas são entendidas como um conjunto de meios instrumentais e sociais com as quais as sociedades mobilizam sua vida, produzem e transformam, cotidianamente, o espaço. Desse modo, Santos (2002) salienta que o conjunto de objetos e ações tecnológicas são expressões da cultura e, portanto, estão submetidas às disputas ideológicas,

Agora, os atores hegemônicos, armados com uma informação adequada, servem-se de todas as redes e se utilizam de todos os territórios. Eles preferem o espaço reticular, mas sua influência alcança também os espaços banais mais escondidos. Eis por que os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia mais modernos, criados em cada país são mais bem utilizados por firmas transnacionais que pela própria sociedade nacional (Santos, 2002, p. 163).

Essas constatações nos permitem afirmar que, cada dia mais, somos conduzidas/os por forças que buscam trazer uma sensação de que possuímos flexibilidade em nossos tempos e espaços, mas que, na verdade, pelo avanço na técnica e nas suas ferramentas, somos monitoradas/os e cooptadas/os para a produção e reprodução constante do capital. Essa sedução pela tecnologia tem nos promovido uma incapacidade de estarmos conosco mesmos, de pensarmos sem uma tela, sem as informações superficiais e momentâneas, prejudicando o raciocínio científico e destruindo a possibilidade de reflexão crítica.

Para Pereira (2022), as telas são o principal meio de contato com a sociedade, com nossos pares, em que o ser se submete ao ter e o ter se submete ao parecer, cujo objetivo final é o *like*. A pluralidade digital reconhece o aqui e agora em uma velocidade que interfere nos processos cognitivos e nas relações acadêmicas, por exemplo. A informação depende da ação humana, uma relação complexa, dialética e contraditória. Essa relação no sistema capitalista é intensa, não nos dá tempo para reflexão, não há tempo para contemplação, para o tédio e o ócio, condições fundamentais para o desenvolvimento crítico e para o desenvolvimento do conhecimento científico.

No site "Outras palavras", é apresentado o filme "A sociedade do espetáculo" (1973), inspirado na obra de mesmo nome do autor Guy Debord, que afirma que, "O espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem atual faz a respeito de si mesma. É um monólogo laudatório. Começa no pseudo-diálogo da vida cotidiana e familiar, desenvolve-se na vida econômica, é cultivado metodicamente na universidade e constitui o oxigênio dos meios de comunicação" (Costa, 2017, p. 1).

Nesse contexto de barbárie e de "espetáculo", a comunicação está cada vez mais esvaziada de palavras, os áudios foram "encurtados" e acelerados. Sob essa perspectiva, Buckingham (2022) ressalta que a vida mediada por telas e conteúdos digitais é uma realidade incontestada para todas as pessoas, e se constitui um grande desafio para educadoras/es e famílias.

Essa condição vem avançando a cada dia e permeia diferentes realidades em âmbito social, tanto em perspectiva privada quanto a educação dos indivíduos. No mundo da superfície, quem tem tempo para ler? Para escutar? Até as palavras são abreviadas para que não percamos tempo, para que sejamos rápidas/os e cheguemos rápido ao final, deixando de lado a compreensão do processo: os *emojis* e *gifts* expressam mais do que as

palavras. A escrita é ressignificada e, nesse processo, a aprendizagem é desenvolvida com outros sentidos. Quem ensina nem sempre acompanha essas alterações e, novamente, a relação de ensino e aprendizagem na educação é atingida.

A construção ao longo do tempo de diferentes formas de comunicação por meio de técnicas distintas pode constituir a eliminação de fronteiras, rompendo com distâncias físicas, mas, por outro lado, cria barreiras e isolamentos. No âmbito do uso intenso de tecnologias digitais, a relação dialética entre pessoa (ser) e objeto (tela) se coisifica, coloca o ser como consumidor e como produto. O nível de exploração monetiza o lazer, a cultura e a vida. A educação é identificada como mercadoria, cuja informação pode ser “confirmada” por meio do *Google*, do *Youtube* e das redes sociais que informam mais do que as/os docentes, mais do que os livros.

Dados do acesso e da permanência na Educação Superior

A informação é compartilhada, mas não é apropriada, a propriedade intelectual vira mercadoria. A ciência, a tecnologia e a cultura são dominadas por grandes corporações internacionais. A constatação da existência desse par dialético globalização-fragmentação consolida a compreensão de que se trata de uma “globalização que deixa de ser apenas um termo complexo para se tornar e consolidar como um paradigma do conhecimento sistemático da economia, da política, da ciência, da cultura, da informação e do espaço” (Santos, 2002, p. 11).

Nesse contexto, os oligopólios da educação desenvolvem sua expansão por meio da ampliação do número de empresas educacionais privadas, que investem alto em abertura de novos cursos, principalmente os mais rentáveis e, nesse movimento acelerado, constituem-se um grande conjunto de iniciativas na modalidade de processos de Educação a Distância (EaD), seguindo a lógica da expansão mercadológica.

Tal contexto complexo pede um olhar mais atento aos processos e dinâmicas relacionadas à educação superior. A leitura atenta de dados produzidos por diferentes pesquisas na área pode contribuir para combater os efeitos advindos dos contextos de precarização do trabalho, do uso intenso de tecnologias em processos produtivos e educacionais, de políticas neoliberais implementadas e que ainda carecem de maior volume de pesquisa na contemporaneidade.

No que concerne à análise de variáveis específicas que afetam a educação superior, reconhecemos a importância da organização de pesquisadoras/es em redes de investigação, que vem permitindo um alinhamento das pesquisas sobre a concepção de acesso que perpassa o ingresso, a permanência e a qualidade na formação. Cabe destacar a importância da geração de dados confiáveis para o trabalho nessa área, considerando o imenso volume de dados produzidos a partir do conjunto de instituições de educação superior e suas políticas de ingresso, matrículas, permanência, acompanhamento acadêmico, conclusão de cursos, entre outros. As ações institucionais, influenciadas pelas políticas inclusivas e pelo período de pandemia, quando as tecnologias desempenharam papel importante, carecem investigações específicas e proporcionam indicadores importantes para a identificação do acesso e da permanência nesse nível de educação.

Apesar do cenário de ataques e desconstrução de políticas inclusivas, regulatórias e formativas nos governos Temer e Bolsonaro, houve avanços em relação ao cumprimento do que está previsto no Plano Nacional de Educação (2014-2024). Segundo os dados sintetizados no Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2022 (INEP), embora seja notória a tendência de avanço nas taxas de cobertura populacional dos cursos de graduação entre os anos de 2012 a 2021, estas ainda sucedem em um ritmo muito inferior às necessidades para o cumprimento de suas metas até 2024. No período analisado, a Taxa Bruta de Matrícula aumentou de 30% para 37,4%, enquanto a Taxa Líquida de Escolarização oscilou de 19,5% para 25,5%. No entanto, considerando apenas o crescimento do setor público nesse período, observa-se um acréscimo de apenas 3,6% do aumento das matrículas nos cursos de graduação.

Para ampliar as reflexões que indicam vivermos um tempo de amplas disputas entre o cenário da educação pública esvaziada de investimentos e com orçamentos precários e a educação superior privada em processo de expansão visível, os dados do Censo da Educação Superior indicam um crescimento de matrículas nas instituições privadas, com destaque para a modalidade EaD. Esse crescimento escancara a cooptação ampliada do setor educacional pelo mercado, consolidando a abertura de vagas na iniciativa privada como a mais robusta opção para o crescimento da oferta de vagas na educação superior.

Em 2018, ingressaram na educação superior brasileira quase 3,5 milhões de estudantes, sendo 2,1 milhões em cursos presenciais e 1,4 milhões em cursos da EaD. Desse total de ingressantes, 573 mil estudantes iniciaram seu percurso de formação de nível superior em instituições públicas. Já no ano de 2021, os dados apontam um pouco mais de 3,9 milhões de matrículas de ingressantes em cursos de graduação, sendo 1,4 milhões em cursos presenciais e 2,5 milhões de matrículas em cursos EaD. As matrículas nas IES públicas apresentam, portanto, redução no ano de 2021, confirmando a dificuldade de cumprimento do 3º indicador da Meta 12 do PNE, que prevê aumento da oferta no segmento público.

Lacé, Nogueira e Faria (2022) salientam que, embora a educação superior tenha sido historicamente marcada pelo acesso de grupos restritos aos *campi universitários* e o cenário atual de políticas tenha contribuído para uma mudança paulatina, parcela significativa de estudantes das escolas públicas ainda não conseguem identificar as universidades públicas como um espaço que lhes pertence ou que lhes sejam acessíveis. Relatos recolhidos em diferentes projetos de extensão e de divulgação de vestibulares em instituições de educação básica pública indicam que os estudantes ainda identificam os espaços das universidades públicas como um lugar de privilégio das classes sociais mais altas.

Tais apontamentos nos conduzem a repensar, por exemplo, o modo como o currículo deste nível educacional é materializado e o quanto é contraditório. Nas asserções de Catanante e Cordeiro (2022, p. 216), "mesmo sabendo da importância da chegada dos estudantes desses segmentos sociais ao universo acadêmico, não podemos deixar de fazer a crítica ao sistema, aos currículos e aos serviços educacionais", que nem sempre possibilitam aos grupos vulneráveis da sociedade a participação em processos seletivos de ingresso e a permanência em cursos que ainda são elitizados nas universidades.

Retomando a educação superior no contexto alterado pela pandemia e pelas políticas neoliberais aprovadas nos governos entre os anos 2016 a 2022, a lógica do capital se intensificou e reproduziu características que permaneceram na educação nacional. A

utilização de plataformas digitais e de recursos tecnológicos, sem a formação de recursos humanos e sem a preocupação com a qualidade da educação desenvolvida por meio de novas práticas, se materializa indiscriminadamente. Por meio de atividades *online*, cada vez mais alimentamos essas corporações, essa lógica. Essa praticidade nos encanta, mas também esconde o domínio perverso de nossas vidas, de nossas especificidades.

Embora as telas possam produzir encontros e se constituam como meios de divulgação de conhecimentos, também reproduzem a lógica do mercado e nos isolam, nos separando do coletivo e do real, impondo-nos suas lógicas por meio de seu caráter social e historicamente determinado. Segundo Minto e Galzerano (2021, p. 41),

Em uma configuração sócio-histórica em que parcelas crescentes da atividade educacional têm sido subordinadas à condição de atividades mercantis, a defesa do caráter essencial da educação se mistura, inevitavelmente, com a defesa de um negócio que interessa a certas frações de classe. A situação excepcional instalada com a Covid-19, como tem sido fartamente observado, não veio a alterar as linhas gerais das políticas já em funcionamento para o campo da educação, em alguns casos, até a intensificou, como é a da tendência de privatização.

No tempo presente, vivemos um fetiche da tecnologia que se constitui em uma dimensão da alienação técnica, que robustece a alienação do trabalho. No individualismo prepondera a lógica, que teve início no liberalismo e ampliou-se com o neoliberalismo e agora nos engole, esvaziando os sindicatos e enfraquecendo a sociedade e os centros estudantis. São essas questões que têm produzido um conjunto de desafios para as IES, principalmente considerando as particularidades de acesso e permanência em cursos de graduação.

Com o fortalecimento dos discursos neoliberais e o impacto da pandemia de covid-19, as transformações nas IES remetem a um conjunto de processos referentes ao acesso e à permanência de estudantes nos cursos de graduação. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), 87% da população mundial de estudantes foram afetados pela pandemia, contabilizando 1,5 bilhão de crianças e jovens (UNESCO, 2020).

Como até 2019, aproximadamente, 4 milhões de estudantes não tinham acesso à internet (IBGE, 2022), conforme os dados apresentados pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), a dificuldade de acesso à internet e a aparelhos eletrônicos para realização das atividades e participação nas aulas foi fator que interferiu na adoção do ensino remoto por meio de tecnologias e serviços de comunicação virtuais.

Devido às medidas de isolamento determinadas pelos governos municipais, estaduais e federal, as aulas presenciais foram suspensas a partir de março de 2020⁶ e a implementação do ERE foi implementado para que as atividades de ensino, pesquisa e

⁶ No contexto educacional, as determinações para orientar as adequações do calendário educacional de 2020 foram promulgadas por meio de portarias normativas publicadas pelo MEC. Em 17 de março de 2020, por meio da Portaria nº 343, o MEC autorizou a substituição das aulas presenciais por aulas remotas que utilizassem tecnologias e serviços de comunicação virtuais por 30 dias. Posteriormente, a Portaria nº 345, de 19 de março de 2020, e a Portaria nº 473, de 12 de maio de 2020, prorrogaram o prazo por mais 30 dias. Por fim, por meio da Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, o MEC autorizou a substituição das aulas até o final de 2020, com exceção dos cursos que necessariamente demandam atividades presenciais. O CNE, por meio do Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020 e homologado pelo MEC em 1º de junho de 2020, flexibilizou o calendário acadêmico ao desobrigar o cumprimento de 200 dias letivos, assegurado na Medida Provisória nº 934, de 01 de abril de 2020, aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020. Nesse período, até o dia 15 de julho de 2020, dentre as 69 Universidades Federais, 53 haviam interrompido as aulas de graduação, 10 estavam realizando atividades remotas e 06 universidades realizavam atividades parciais (Lima; Evangelista; Maciel, 2021, p. 127).

extensão não fossem interrompidas. Então, para equiparar as condições de vulnerabilidade dos estudantes, as universidades públicas desenvolveram ações.

Após período com as atividades de ensino paralisadas, a maioria das universidades federais iniciou pesquisas para investigar a situação social dos seus alunos e docentes durante a pandemia. Nesse período, a criação de diversos comitês voltados à Covid-19, nas suas várias dimensões, foram instalados pelas universidades para estabelecer medidas de segurança e protocolos para um possível retorno, comitês para acolhimento de estudantes que manifestassem necessidades de assistência, comitês para o desenvolvimento de projetos de combate à pandemia e até de doação de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), além da abertura de editais para convocação de interessados em receber computadores e pacote de dados para o acompanhamento das aulas, que começaram a ser programadas para meados de agosto (Castioni, 2021, p. 407).

Conforme a natureza pública ou privada das IES, os tipos de cursos (se tem disciplinas mais teóricas ou práticas) e o perfil socioeconômico dos docentes e discentes, tais ações não ocorreram de maneira homogênea e linear. No setor privado, por exemplo, a evasão aumentou: segundo “[...] o Mapa do Ensino Superior 2021 (Semesp), 3,78 milhões de estudantes deixaram as IES privadas em 2020 e mais 3,42 milhões em 2021, sendo em grande medida motivados pela inadimplência” (Honorato; Borges, 2022, p. 144).

Outrossim, a pandemia não criou as desigualdades de acesso e permanência à educação superior, ainda que tenha contribuído na sua consolidação. As atividades remotas alteraram as relações de ensino e aprendizado, bem como as rotinas, as relações presenciais e as vivências com a educação superior. Embora os estudantes tenham procurado alternativas para não abandonarem seus cursos⁷, entre 2019 e 2020, as matrículas reduziram-se em 9,41% para todo o sistema e em 6,2% nos cursos presenciais das IES públicas.

A série histórica 2010-2020 de indicadores da educação superior no Brasil, que compreende a evolução de cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, taxas de evasão, entre outros, mostra que houve variação positiva considerável em todos eles no referido período. [...] No caso dos concluintes, houve redução de 22,1% nos cursos presenciais das instituições públicas e 6% em todo o sistema. Na rede privada, a redução do número de estudantes que concluíram a graduação presencial foi de 0,43%. Esses dados são denominados pelo Ministério da Educação de “indicadores de fluxo” (Honorato; Borges, 2022, p. 145).

Palhares (2022) aponta que houve uma queda de 18,8% no número de concluintes das universidades públicas devido à evasão e ao atraso nos períodos letivos. Ademais, como efeito direto da pandemia, a autora também observou um recuo de 5,8% no número de ingressantes em cursos de graduação no país.

Por fim, no que se refere aos dados referentes ao público que frequenta as IES, podemos considerar que, com a pandemia, muitos estudantes foram obrigados/os a trancar ou abandonar seus cursos devido às dificuldades financeiras encontradas pelas famílias, à falta de estrutura para acompanhar as aulas remotas, a questões de adoecimento mental e outras situações vivenciadas no interior das famílias e das IES. A esse cenário trágico, somam-se os cortes no orçamento destinado ao setor da educação, principalmente à educação pública superior e ao crescimento intenso das *fake news* contra as universidades públicas.

⁷ De acordo com o Instituto Semesp (2020), as pesquisas no *Google* por termos relacionados às aulas *on-line* aumentaram em março de 2020, enquanto as buscas por trancamento de matrículas mantiveram o mesmo padrão, indicando que os estudantes procuraram alternativas para não abandonarem os cursos (Honorato, 2022, p. 145).

Por conseguinte, lutar contra todos os retrocessos é complexo e exige uma volta ao mundo real para reaprendermos a reagir, compreender e reconhecer os donos do poder. Havemos de conhecer e reconhecer, por meio da ciência, o nosso adversário comum. Recuperar a coletividade e revisitar nossa história, ampliando o acesso à educação e utilizando esse direito como resistência à barbárie!

Considerações finais

O acesso e a permanência na educação superior são alterados por meio de políticas inclusivas no período do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003). Após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e da gestão de governos de extrema-direita (2016 a 2022), a educação superior e as políticas inclusivas sofreram ataques e novas alterações. Além da interferência dos governos em questão, o período de pandemia, que gerou a necessidade de adequações emergenciais, também interferiu nos processos de acesso e de permanência na educação superior.

Tomando como base as pesquisas desenvolvidas pelo Eixo 5 da Rede Universitas/Br, analisamos um processo de mudanças nas práticas educacionais que interferiram na organização de docentes e estudantes das universidades brasileiras, com ênfase para o uso de tecnologias para o desenvolvimento do ensino. A aceleração de mudanças que já estavam em curso desencadeou características diferenciadas no ingresso e na permanência.

Nos dados analisados, identificamos que ainda permanecem lacunas a serem superadas na educação superior pós-pandemia. Alguns dos principais desafios incluem a necessidade de ampliar o acesso à educação superior para grupos historicamente excluídos, a garantia da sua permanência, a melhoria do financiamento, a ampliação das ações de Assistência Estudantil para além do PNAES, a promoção de uma ampla discussão sobre quais currículos propomos e praticamos, além da diversificação de práticas pedagógicas e reforço de uma educação para além do capital.

Concluimos que a pesquisa em Rede e a coletividade no desenvolvimento de pesquisas fortalecem a ciência e possibilita a ampliação de conhecimentos desenvolvidos sobre as políticas de acesso e permanência na educação superior brasileira. A educação superior pública permanece como uma das possibilidades de ampliação de conhecimentos e de acesso aos direitos básicos, em especial à educação.

Referências

AMARAL, Nelson Cardoso. Educação superior e desfinanciamento no Brasil (2014-2023). *In*: MACIEL, C. E.; DUARTE, N.; SIQUEIRA, Romilson. **Políticas educacionais: Resistência e retomada da democracia e do Estado**. Brasília: ANPAE, 2023, p. 45-74. Disponível: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/LIVROS-2023/PolíticasEducativasResistenciaERetomada.pdf> Acesso em: 13 set. 2023.

ASSIS, Denise. Home Office promete ser um dos principais legados da pandemia do coronavírus. *In*: AUGUSTO, Cristiane B.; SANTOS, Rogério D. **Pandemia e pandemônio no**

Brasil. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020, p. 206-218. Disponível em: <http://www.unicap.br/catedradomhelder/wp-content/uploads/2020/05/Pandemias-e-pandemo%CC%82nio-no-Brasil.pdf> Acesso em: 2 jul. 2023.

BEZERRA, Lucila. Precarização: trabalhadores demitidos na pandemia se tornaram entregadores de apps. **Brasil de fato**, Seção Geral, São Paulo, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/13/precarizacao-trabalhadores-demitidos-na-pandemia-se-tornaram-entregadores-de-apps>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BUCKINGHAM, David. **Manifesto pela educação midiática**. São Paulo: Edições SESC, 2022.

CASTIONI, Remi *et al.* Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 111, p. 399-419, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002903108> Acesso em: 9 dez. 2023.

CATANANTE, Bartolina Ramalho; CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. Estudantes negros e não negros do ensino médio: Expectativas e desafios para ingresso e permanência na educação superior. *In:* VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. **Permanência e evasão na educação superior: fatores interferentes, interfaces com ensino médio público e possibilidades de avanços nas políticas públicas**. Cáceres: UNEMAT Editora, 2022, p. 209-228. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/files/Permanencia_e_evasao_na_educacao_superior.pdf Acesso em: 13 set. 2023.

COSTA, Iná Camargo. Para compreender a Sociedade do Espetáculo. **Outras palavras**, [S. /], 2017. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/para-compreender-a-sociedade-do-espetaculo/>. Acesso em: 13 set. 2023.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana**. São Paulo: Boitempo, 2023.

HONORATO, Gabriela de Souza; BORGES, Eduardo Henrique Narciso. Impactos da pandemia da covid-19 para o ensino superior no brasil e experiências docentes e discentes com o ensino remoto. **Revista Desigualdade & Diversidade**, n. 22, p. 137-179, 2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/61538/61538.PDFXXvmi=> Acesso em: 9 dez. 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD):** acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=38243>. Acesso em: 10 dez. 2023.

LACÉ, Andréia Mello; NOGUEIRA, Danielle Xabregas Pamplona; FARIA, Natalia Rodrigues. Estudantes de ensino médio no Distrito Federal: Perfil e expectativas de acesso à educação superior. *In:* VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. **Permanência e evasão na educação superior: Fatores interferentes, interfaces com ensino médio público e possibilidades de avanços nas políticas públicas**. Cáceres: UNEMAT Editora, 2022, p. 209-228. Disponível em:

http://portal.unemat.br/media/files/Permanencia_e_evasao_na_educacao_superior.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

LIMA, Tatiane; EVANGELISTA, Joelma Inês; MACIEL, Carina Elisabeth. Pandemia e Educação: As Políticas Promulgadas na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. **Interação**, Varginha, v. 23, n. 2, p. 125-136, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unis.edu.br/index.php/interacao/article/view/614/451> Acesso em: 9 dez. 2023.

MALANGE, Fernando Cezar Vieira; NOGUEIRA, Patrícia Simone; ZARDO, Luiz André Ribeiro. O acesso à educação superior pública no Brasil sob a ótica dos dados nacionais. **REVELLI – Revista de Educação, Língua e Literatura da UEG**, Inhumas, v. 13, p. 1-24, 2022. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/12176> Acesso em: 13 set. 2023.

MANZANO, Marcelo; KREIN, André. **A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil**. Campinas: Cesis/Unicamp, 2020. Disponível em: http://www.cesis.net.br/wp-content/uploads/2020/07/MANZANO-M-KREIN-A.-2020_A-pandemia-e-os-motoristas-e-entregadores-por-aplicativo.pdf Acesso em: 15 jul. 2020.

MARTINS, Jonathan Alves. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFRN à luz da abordagem cognitiva de políticas públicas em diálogo com os estudos críticos do discurso (2011 - 2020)**. 2023. Tese (Doutorado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/52452/1/ProgramaNacionalAssistenciaEstudantil_Martins_2023.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINTO, Lalo Watanabe; GALZERANO, Luciana Sardenha. Educação e(m) pandemia atividade essencial, finalidade supérflua? **ORG & DEMO**, Marília, v. 22, n. 2, p. 39-58, jul./dez., 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/12533> Acesso em: 13 set. 2023.

MOLL, Roberto. **Reaganetion: A nação e o nacionalismo (neo)conservador nos Estados Unidos (1981-1988)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1381.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

OLIVEIRA, Olívia Chaves de. **Os determinantes da trajetória escolar de universitários quilombolas: o caso do acesso na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)**. 2022. 161p. Relatório de Estágio de Pós-doutorado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022.

PALHARES, Isabela. “Universidades públicas tiveram queda de 18,8% no número de concluintes”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 fev. 2022. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/02/universidadespublicas-tiveram-queda-de-188-no-numero-de-concluintes.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2023.

PEREIRA, Camila Potyara. Nova direita, capitalismo digital e política social. In: VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. **Permanência e evasão na educação superior**: Fatores interferentes, interfaces com ensino médio público e possibilidades de avanços nas políticas públicas. Cáceres: UNEMAT Editora, 2022, p. 17-34. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/files/Permanencia_e_evasao_na_educacao_superior.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

RAIC, Daniele Farias Freire; CARDOSO, Marilete Calegari; PEREIRA, Socorro Aparecida Cabral. A universidade pública em cenários neoliberais e fascistas: balbúrdias de resistência em tempos de Covid-19. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, p. 1-19, jan./dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14244/198271994556>. Acesso em: 9 ago. 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempos. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte. A inserção da EAD nos cursos presenciais de graduação do Brasil: lógicas de gestão na rede pública e privada. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 9, n. 4, p. 14195-14210, apr., 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/59107/42878> Acesso em: 13 set. 2023.

SOUZA, Diogo de Oliveira. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, Fiocruz, n. 19, 2021.

UNESCO. **Covid-19**: educational disruption and response. Beirut, 2020. Disponível em: <https://en.unesco.org/news/covid-19-educationaldisruption-and-response> Acesso em: 10 dez. 2023.

Submetido em: 15/09/2023

Aprovado em: 28/12/2023

Publicado em: 29/12/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)